Farinha pouca, meu pirão primeiro

Qualquer chefe de família, presidente de empresa ou parlamentar sabe como é difícil decidir onde investir ou gastar quando a quantidade de dinheiro é insuficiente para atender às demandas. Se não houver método, predomina o "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Os dirigentes competentes selecionam as atividades ou investimentos que melhor sirvam ao propósito da organização ou do país. Aplicam dinheiro apenas no que for possível ser bem-feito. Os dirigentes ruins repartem os recursos disponíveis proporcional e igualitariamente, sem atinar para a relevância de cada proposta. Pulverizam o dinheiro em investimentos que raramente são concluídos ou, se o forem, funcionam por pouco tempo. Os dirigentes péssimos atendem os pleitos dos que lhes são próximos, sem considerar os méritos relativos das propostas. Se os recursos disponíveis forem insuficientes, recorrem a orçamentos secretos, financiados por dívidas imprudentes.

Como ex-dirigente de autarquias e companhias, públicas e privadas, passei algumas vezes pela agonia de sofrer múltiplas pressões por ocasião da feitura do orçamento. Acho que me saí melhor como presidente da Sabesp, em plena crise hídrica, quando enfrentei a dificuldade de comparar a urgência e a gravidade dos pleitos apresentados pelos superintendentes regionais, cada um defendendo a população de sua área de jurisdição. Situação análoga a dos deputados federais e senadores no Congresso Nacional.

Propus que antes de discutirmos pleitos específicos – tipicamente novas obras - deveríamos convergir sobre os critérios de prioridade. Por exemplo, um sistema de saneamento para coleta e tratamento de esgoto é sem dúvida meritório porque beneficia a saúde da população e despolui os rios. Porém, se a Companhia tivesse que optar entre um sistema de saneamento e um de suprimento de água potável, qual deveria ser a escolha? E se o se o sistema de saneamento servisse para despoluir um manancial a partir do qual se produz água potável?

Seria muito bom se o Congresso Nacional adotasse procedimento semelhante: o que é prioritário, melhorar a educação ou a remuneração dos servidores públicos? Se for a educação, ensino fundamental, técnico ou universitário? Mas, é claro, o atual Congresso não faz nada disso.

Por mais um ano, não há o que fazer: Inês é morta. Porém, desde já é preciso mobilizar para que em 2022 consigamos eleger um Congresso de melhor qualidade. Para isso, é preciso reverter o sentimento dominante após a operação lava-jato de que todos os políticos são igualmente ruins. Não são. Cada um de nós tem o dever de separar o joio do trigo. Joio constituído por parlamentares desonestos e/ou fisiológicos e/ou despreparados. Nessa última categoria, os parlamentares que trocam o voto em decisões estratégicas por um "prato de lentilhas". Tipicamente, algum pequeno benefício para o município onde receba votos. Trigo constituído por parlamentares que comprovadamente atuam na defesa do conjunto da sociedade e não de grupos específicos.

É possível também optar por estreantes na política. Mas é preciso cuidado com os "salvadores da pátria". De bem-intencionados e despreparados o inferno está cheio. Uma boa dica é escolher alguém formado pelo Renova BR ou por alguma outra escola séria de formação para o exercício de função pública.

Jerson Kelman dirigiu duas agências reguladoras federais (ANA e ANEEL) e três concessionárias de serviço público (Light, Enersul e Sabesp)

Publicado na Folha de São Paulo em 14/01/2022

Farinha pouca, meu pirão primeiro

Antes de pleitos específicos, deveríamos convergir sobre critérios de prioridade

Jerson Kelman

Engenheiro, professor e doutor em hidrologia, dirigiu duas agências reguladoras federais (ANA e Aneel) e três concessionárias de serviço público (Light, Enersul e Sabesp)

Qualquer chefe de família, presidente de empresa ou parlamentar sabe como é difícil decidir onde investir ou gastar quando a quantidade de dinheiro é insuficiente para atender às demandas. Se não houver método, predomina o "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Os dirigentes competentes selecionam as atividades ou investimentos que melhor sirvam ao propósito da organização ou do país. Aplicam dinheiro apenas no que for possível ser bem feito. Os dirigentes ruins repartem os recursos disponíveis proporcional e igualitariamente, sem atinar para a relevância de cada proposta. Pulverizam o dinheiro em investimentos que raramente são concluídos ou, se o forem, funcionam por pouco tempo. Os dirigentes péssimos atendem os pleitos dos que lhes são próximos, sem considerar os méritos relativos das propostas. Se os recursos disponíveis forem insuficientes, recorrem a orçamentos secretos, financiados por dívidas imprudentes.

Como ex-dirigente de autarquias e companhias, públicas e privadas, passei algumas vezes pela agonia de sofrer múltiplas pressões por ocasião da feitura do orçamento. Acho que me saí melhor como presidente da Sabesp, em plena crise hídrica paulista, quando enfrentei a dificuldade de comparar a urgência e a gravidade dos pleitos apresentados pelos superintendentes regionais, cada um defendendo a população de sua área de jurisdição. Situação análoga à dos deputados federais e senadores no Congresso Nacional.

Propus que antes de discutirmos pleitos específicos —tipicamente novas obras— deveríamos convergir sobre os critérios de prioridade. Por exemplo, um sistema de saneamento para coleta e tratamento de esgoto é sem dúvida meritório porque beneficia a saúde da população e despolui os rios. Porém, se a companhia tivesse que optar entre um sistema de saneamento e um de suprimento de água potável, qual deveria ser a escolha? E se o se o sistema de saneamento servisse para despoluir um manancial a partir do qual se produz água potável?

[...]

É preciso reverter o sentimento dominante após a Lava Jato de que todos os políticos são igualmente ruins. Não são. Cada um de nós tem o dever de separar o joio do trigo. (...) É possível também optar por estreantes na política. Mas é preciso cuidado com os "salvadores da pátria". De bem-intencionados e despreparados, o inferno está cheio

Seria muito bom se o Congresso Nacional adotasse procedimento semelhante: o que é prioritário, melhorar a educação ou a remuneração dos servidores públicos? Se for a educação, ensino fundamental, técnico ou universitário? Mas, é claro, o atual Legislativo não faz nada disso. Por mais um ano, não há o que fazer: Inês é morta. Porém, desde já é preciso mobilizar para que neste 2022 consigamos eleger um Congresso de melhor qualidade.

Para isso, é preciso reverter o sentimento dominante após a Operação Lava Jato de que todos os políticos são igualmente ruins. Não são. Cada um de nós tem o dever de separar o joio do trigo. Joio constituído por parlamentares desonestos e/ou fisiológicos e/ou despreparados. Nessa última categoria, os congressistas que trocam o voto em decisões estratégicas por um "prato de lentilhas". Tipicamente, algum pequeno benefício para o município onde receba votos. Já o trigo constituído por parlamentares que comprovadamente atuam na defesa do conjunto da sociedade e não de grupos específicos.

É possível também optar por estreantes na política. Mas é preciso cuidado com os "salvadores da pátria". De bem-intencionados e despreparados, o inferno está cheio. Uma boa dica é escolher alguém formado pelo RenovaBR ou por alguma outra escola séria de formação para o exercício de função pública.